

MINUTA DE CONTRATO Nº 5

PROCESSO SEI nº 25.0.000006413-3

O CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, com sede na SHIS QI 15 Lote L Área Especial, CEP 71635-615, Bairro Lago Sul, na cidade de Brasília - DF inscrito(a) no CNPJ sob o nº 60.984.473.0001-00, neste ato representado(a) pelo Presidente do Conselho Federal de Farmácia farmacêutico Walter da Silva Jorge João, *eleito conforme Acórdão n.º 3.275, de 16 de dezembro de 2025, publicado no DOU 17/12/2025, edição 240, seção 1, página 164, doravante denominado CONTRATANTE*, e a empresa , inscrita no CNPJ/MF sob o nº , sediada na Rua , neste ato representada por , conforme atos constitutivos registrados na , doravante denominada CONTRATADA, e a empresa , inscrita no CNPJ/MF sob o nº , sediada na Rua , neste ato representada por , conforme atos constitutivos registrados na , doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 25.0.000002785-8, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 9XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – Do Objeto

1.1 O presente contrato tem por objeto **aquisição de equipamentos de informática** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Cláusula Segunda – Da Justificativa para a realização de Pregão na forma eletrônica

2.1 A contratação justifica-se com base no artigo 28 inciso I da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns.

Cláusula Terceira – Das Obrigações do Contratante

3.1 Efetuar o pagamento acordado nas condições e prazos estipulados neste contrato.

3.2 Fornecer ao CONTRATADO as informações e condições necessárias para a realização do objeto contratado.

3.3 Fiscalizar a execução do contrato através de seu representante designado.

Cláusula Quarta – Das Obrigações do Contratado

4.1 Executar o objeto contratado conforme as especificações e prazos estipulados.

4.2 Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

4.3 Assumir a responsabilidade por todos os custos e despesas necessários à execução do objeto.

Cláusula Quinta – Do Valor e da Forma de Pagamento

5.1 O valor total estipulado para o contrato é de R\$ 125.735,98 (cento e vinte e cinco mil setecentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), que será pago em parcela única, mediante apresentação de nota fiscal/fatura.

5.2 Os pagamentos serão realizados em até 10(dez) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura pelo CONTRATADO, condicionados à aprovação dos serviços pelo fiscal do contrato.

5.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Cláusula Sexta – Do Prazo

6.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da última assinatura registrada neste termo de contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

a. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

b. O prazo de execução deste contrato é de até 30 dias, contados a partir do marco supra referido.

c. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Cláusula Sétima – Da Execução Contratual

7.1 O CONTRATADO deverá cumprir todas as normas técnicas aplicáveis à execução do objeto contratado e obedecer aos cronogramas de execução acordados.

7.2 Qualquer alteração no cronograma ou nas especificações do objeto deverá ser previamente comunicada e acordada com o CONTRATANTE.

7.3 O CONTRATANTE, por meio de seu representante, terá o direito de realizar inspeções e acompanhar a execução do contrato para assegurar que o trabalho está sendo realizado conforme o acordado.

7.4 Em caso de inadimplência contratual ou inadequação na execução que não seja corrigida em tempo hábil após notificação, o CONTRATANTE reserva-se o direito de aplicar as sanções previstas em contrato e na lei.

Cláusula Oitava – Da Alteração Contratual

8.1 Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, respeito aos limites legais de acréscimo ou decréscimo quantitativo e qualitativo.

8.2 As alterações contratuais deverão ser justificadas por escrito e aprovadas pela autoridade competente antes de sua efetivação.

8.3 Nenhuma alteração contratual exonera o CONTRATADO de sua responsabilidade legal e técnica perante terceiros.

Cláusula Nona – Do Reajuste

9.1 O valor contratual será reajustado anualmente, na data de aniversário do contrato, conforme a variação do IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

9.2 O reajuste será aplicado de forma a refletir a variação acumulada do índice durante o período, garantindo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.3 Caso o índice escolhido deixe de ser publicado, as partes acordarão um substituto que melhor reflita a inflação ocorrida.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

10.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º **6.2.2.1.1.02.01.03.008 – Equipamentos de Informática e Periféricos**, prevista no orçamento do CONTRATANTE para o exercício fiscal corrente.

10.2 A inclusão no orçamento de valores necessários à execução deste contrato em exercícios futuros dependerá de prévia dotação orçamentária a ser aprovada pela autoridade competente.

Cláusula Décima Primeira – Do Seguro Garantia

11.1 Não será solicitado seguro garantia.

Cláusula Décima Segunda – Da Subcontratação

12.1 Não será permitida a Subcontratação.

Cláusula Décima Terceira – Das Vedações

13.1 É vedado ao CONTRATADO ceder ou transferir qualquer parte deste contrato a terceiros sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

13.2 O CONTRATADO não poderá se valer de subterfúgios contratuais ou legais para alterar unilateralmente as condições acordadas, especialmente em relação a prazos, custos e qualidade dos serviços.

13.3 Fica proibido ao CONTRATADO subcontratar integralmente o objeto deste contrato. A subcontratação parcial só será permitida conforme especificado na cláusula de Subcontratação e com a aprovação do CONTRATANTE.

13.4 O CONTRATADO está proibido de realizar qualquer atividade que possa configurar conflito de interesses com as obrigações contratadas, devendo agir com total transparência e lealdade para com o CONTRATANTE.

Cláusula Décima Quarta – Dos Casos Omissos

14.1 Todos os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com os princípios gerais de direito, com especial observância às normas da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

14.2 Qualquer questão não prevista neste contrato que necessite interpretação será decidida pela autoridade máxima do CONTRATANTE, respeitando-se os limites legais e princípios administrativos.

Cláusula Décima Quinta – Da Proteção de Dados Pessoais

15.1 As partes se comprometem a proteger os dados pessoais utilizados neste contrato, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei Federal nº 13.709/2018, e demais práticas norteadoras de segurança da informação, tratando estes como confidenciais e garantindo que serão utilizados somente para as finalidades aqui descritas.

15.2 As partes também se obrigam ao dever de confidencialidade dos dados pessoais constantes neste contrato enquanto perdurar o objeto deste e após o seu término, garantido que estes dados sejam acessados somente por pessoas autorizadas, que deverão ser abrangidas também pelos deveres estabelecidos nas cláusulas deste contrato, tal como os sucessores das partes.

15.3 O tratamento de dados pessoais do presente contrato ocorrerá em conformidade com as bases legais estabelecidas no art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18, para execução de contrato do qual fazem parte os titulares, para possível cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

15.4 As partes ficam obrigadas a compartilhar o contato do Encarregado de proteção de dados para tratamento dos assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/18;

15.5 O descumprimento dos deveres de sigilo e confidencialidade dos dados pessoais ensejará em extinção contratual nos termos do art. 137, inciso I e art. 138, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 pela administração pública, sem prejuízo do ressarcimento dos danos e prejuízos decorrentes da violação dos deveres de sigilo e confidencialidade e das penalidades aplicáveis pela Lei Federal nº 13.709/2018. XX. Para aplicação da extinção contratual citada no parágrafo, o descumprimento dos deveres de sigilo e confidencialidade devem ser cabalmente comprovados, não podendo, em hipóteses alguma, se presumir tal conduta ou se pretender aplicar qualquer penalidade dela decorrente sem que exista prova nesse sentido.

Ou

15.1 Para efeitos deste instrumento, consideram-se:

a) O CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº [DIGITE AQUI...], com sede em [DIGITE AQUI...], CEP: [DIGITE AQUI...], neste ato, representada por [DIGITE AQUI A QUALIFICAÇÃO...], doravante designada simplesmente “CONTROLADOR”.

De outro lado,

b) [DIGITE AQUI A RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO...], inscrita no CNPJ/MF sob nº nº [DIGITE AQUI...], pessoa jurídica de direito [DIGITE AQUI A NATUREZA JURÍDICA...], com sede em [DIGITE AQUI...], CEP: [DIGITE AQUI...], neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo identificados e assinados, doravante designada “OPERADOR”.

c) “dados pessoais” toda e qualquer informação sobre e/ou vinculada à uma pessoa física, a exemplo de nome, CPF, RG, endereço, sexo, e-mail etc, que a identifique ou a torne identificável.

d) “dados pessoais sensíveis” todo e qualquer dado associado a indivíduo sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

e) “tratamento de dados pessoais” toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência etc.

15.2 As partes se comprometem a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados

e as determinações de órgãos fiscalizadores/reguladores da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados- LGPD) durante todo o certame e/ou vigência de contrato administrativo firmado, ou que venha a ser firmado, independente de declaração ou aceitação expressa.

Assim, o OPERADOR deverá:

- a) Tratar os dados que tiver acesso apenas de acordo com as instruções e regras estipuladas pelo CONTROLADOR durante o certame ou em contrato, em conformidade com as cláusulas deste documento, e, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato ao CONTROLADOR, o qual poderá rescindir o contrato sem qualquer ônus, encargo ou multa em seu desfavor.
- b) Acessar e utilizar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida pela permissão de acesso (autorização) estabelecida pelo CONTROLADOR, somente para as finalidades estipuladas no certame e/ou contrato administrativo.
- c) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente e fisicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- d) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da legislação de proteção de dados, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 e demais práticas internacionais de segurança da informação.
- e) Exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.3 Os dados pessoais do CONTROLADOR que o OPERADOR tiver acesso não poderão ser revelados e/ou compartilhados a terceiros, com exceção da prévia autorização do CONTROLADOR e desde que esteja dentro das hipóteses previstas nos artigos 7º e 11º da Lei Federal nº 13.709/2018, quer direta ou indiretamente, seja mediante distribuições de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham referidas informações.

15.4 Caso o OPERADOR seja obrigado por determinação legal a fornecer dados pessoais do CONTROLADOR a qualquer autoridade pública, deverá informar, tal fato, previamente ao CONTROLADOR, para que esta adote as medidas cabíveis. XX. O OPERADOR será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral ou material, bem como pelo pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta pelo CONTROLADOR e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

15.5 O OPERADOR compromete-se, nas hipóteses de rescisão ou extinção contratual, por qualquer motivo, independente de solicitação do CONTROLADOR ou mediante provocação deste, a devolver ao CONTROLADOR todos os dados pessoais disponibilizados por ele, durante o certame e/ou no âmbito da relação contratual.

15.6 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do OPERADOR eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.7 O CONTROLADOR poderá realizar diligência para aferir o cumprimento das regras e orientações estipuladas sobre proteção de dados neste documento, devendo o OPERADOR atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Do Tratamento Dos Dados Coletados

15.8 O OPERADOR deverá cooperar com o CONTROLADOR na resposta às requisições feitas pelos titulares para exercício de quaisquer dos direitos previstos na legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Confirmação da existência de tratamento;
- b) Acesso aos dados;
- c) Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) Portabilidade dos dados;
- e) Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento;
- f) Informação sobre entidades públicas e privadas com as quais foi realizado uso compartilhado de dados;
- g) Informações sobre a possibilidade de não fornecimento do consentimento e sobre as consequências da negativa;
- h) Revogação do consentimento;
- i) Oposição ao tratamento de dados pessoais realizado com fundamento em outras bases legais, que não o consentimento;
- j) Revisão de decisões automatizadas tomadas com base no tratamento de dados pessoais.

15.9 Caso algum titular de dados pessoais solicite o exercício de seus direitos descritos na cláusula anterior diretamente em face do OPERADOR, esta deverá comunicar tal fato ao CONTROLADOR de forma imediata (e, no limite, no dia útil seguinte).

15.10 Durante o armazenamento dos dados pessoais e sensíveis fornecidos pelo CONTROLADOR ao OPERADOR, o OPERADOR adotará, no mínimo, as seguintes medidas organizacionais ou técnicas de segurança, as quais sempre deverão estar sustentados nas melhores tecnologias disponíveis no mercado, em formato interoperável:

- a) A adoção de procedimento que implique na pseudonimização, anonimização e encriptação dos dados pessoais sensíveis, quando aplicável;
- b) A adoção de solução que garanta a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados pessoais sensíveis;
- c) O estabelecimento de controle estrito sobre o acesso aos dados mediante a definição de responsabilidades das pessoas que terão possibilidade de acesso e de credenciais e privilégios de acesso exclusivo para determinados responsáveis;
- d) A criação de inventário detalhado dos acessos aos registros de conexão e de acesso a aplicações, contendo o momento, a duração, a identidade do colaborador ou do responsável pelo acesso designado pelo OPERADOR e o arquivo acessado, inclusive quando tal acesso é feito para cumprimento das obrigações legais ou determinações por parte de autoridades;

Cláusula Décima Sexta – Da Publicação

16.1 O presente contrato, após sua assinatura, deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas conforme Lei nº 14.133/2021.

Cláusula Décima Sétima – Das Disposições Finais

17.1 O foro da cidade de Brasília, Distrito Federal, fica eleito como exclusivo para resolver quaisquer questões decorrentes deste contrato, sendo excluído qualquer outro, independentemente de seus privilégios.

Brasília, 15 de maio de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Lopes de Oliveira, Auxiliar Administrativo**, em 15/05/2026, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1205753** e o código CRC **394AA822**.